



PROJETO DE LEI Nº 464/00
624/00

Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo

LEI N.º 5.021, DE 14 DE MARÇO DE 2.000.

(Dispõe sobre a obrigatoriedade de botões de controle de elevadores em edifícios sinalizados também por caracteres em processo braille e dispositivo sonoro de identificação do andar onde o elevador encontra-se parado, dando ainda outras providências).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES,
FAÇO SABER QUE A CÂMARA APROVOU E EU,
NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 82, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Os elevadores instalados em edifícios residenciais ou comerciais terão os botões de controle sinalizados também por caracteres em processo braille e dispositivo sonoro de identificação do andar onde o elevador encontra-se parado.

§ 1º - O disposto neste Artigo somente se aplicará as edificações que ainda não tenham o projeto de construção aprovado.

§ 2º - A sinalização preconizada no presente Artigo poderá ser feita com material adesivo ou similar.

ARTIGO 2º - A sinalização referida na presente Lei deverá ser mantida em manutenção periódica afim de evitar-se seu total desgaste.

Parágrafo único - O descumprimento ao disposto na presente Lei acarretará ao infrator multa correspondente a 300 (trezentas) UFIR (Unidade Fiscal de Referência), cobrada em dobro na reincidência.

ARTIGO 3º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 14 de março de 2.000, 439ª da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


OLIMPIO OSAMU TOMIYAMA
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
Estado de São Paulo

(Cont./Lei n.º 5.021 – Fls. 02)

**REGISTRADA NA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 14 de março de 2.000, 439º da
Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.**


JOSÉ ANTONIO FERREIRA FILHO
Diretor Geral da Câmara

(AUTORIA DO PROJETO: VEREADORA KARINA MARQUES)